

Consórcio Tegram-Itaqui

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações das contas-correntes dos consorciados	8
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
SAI/SO, Área 6580 - Bloco 02, 3º andar, sala 302 - Torre Norte
ParkShopping - Zona Industrial (Guará)
Caixa Postal 11619 - CEP: 71219-900 - Brasília/DF - Brasil
Telefone +55 (61) 3362 3700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e consorciados do Consórcio Tegram - Itaqui São Luis – MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Consórcio Tegram - Itaqui (Consórcio), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações das contas correntes dos consorciados e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Consórcio Tegram - Itaqui em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Consórcio, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Consórcio continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Consórcio ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Consórcio.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Consórcio. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Consórcio a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 10 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Consórcio Tegram-Itaqui

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativos	Nota explicativa	2024	2023	Passivos	Nota explicativa	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.867	4.563	Fornecedores	8	1.060	2.588
Contas a receber	5	937	1.097	Obrigações trabalhistas	9	1.490	1.274
Estoques	6	11.846	9.209	Obrigações fiscais		90	176
Adiantamentos		781	266	Outras contas a pagar		1.734	835
Impostos a recuperar		22	95	Total do passivo circulante		4.374	4.873
Outros ativos		289	266				
Total do ativo circulante		19.742	15.496	Conta corrente de consorciados	10		
Depositos judiciais		64	64	Terminal Corredor Norte S.A.		83.898	88.551
Total do realizável a longo prazo		64	64	Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.		83.898	88.551
Imobilizado	7	319.712	343.355	Corredor Logística e Infraestrutura S.A.		83.898	88.552
Intangível		457	163	Amaggi & Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.		83.907	88.551
		320.169	343.518	Total das contas correntes de consorciados		335.601	354.205
Total do ativo não circulante		320.233	343.582				
Total do ativo		339.975	359.078	Total do passivo e das contas correntes de consorciados		339.975	359.078

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consórcio Tegram-Itaqui

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(60.475)	(54.360)
Outras despesas operacionais		<u>(308)</u>	<u>(246)</u>
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(60.783)</u>	<u>(54.606)</u>
Receitas financeiras		1.198	2.018
Despesas financeiras		<u>(1)</u>	<u>(4)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>1.197</u>	<u>2.014</u>
Resultado do exercício		<u><u>(59.586)</u></u>	<u><u>(52.592)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consórcio Tegram-Itaqui

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado do exercício	(59.586)	(52.592)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(59.586)</u>	<u>(52.592)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consórcio Tegram-Itaqui

Demonstração das mutações das contas correntes dos consorciados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Conta corrente dos consorciados</u>	<u>Gastos líquidos realizados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022		623.805	(244.114)	379.691
Contribuição dos consorciados:				
Terminal Corredor Norte S.A.	10	7.266	(13.148)	(5.882)
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	10	7.266	(13.148)	(5.882)
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	10	5.308	(13.148)	(7.840)
Amaggi & Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	10	7.266	(13.148)	(5.882)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		650.911	(296.706)	354.205
Contribuição dos consorciados:				
Terminal Corredor Norte S.A.	10	10.243	(14.896)	(4.653)
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	10	10.243	(14.896)	(4.653)
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	10	10.243	(14.897)	(4.654)
Amaggi & Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	10	10.253	(14.897)	(4.644)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		691.893	(356.292)	335.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Consórcio Tegram-Itaqui

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(59.586)	(52.592)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício			
Baixas de imobilizado	7	1.019	(28)
Depreciações e amortizações	7	29.499	29.398
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber		160	5.159
Estoques		(2.637)	(2.609)
Adiantamentos		(515)	(242)
Impostos a recuperar		73	93
Outros ativos e depósitos judiciais		(23)	1.413
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(1.528)	692
Obrigações trabalhistas		216	31
Obrigações fiscais		(86)	32
Outras contas a pagar		899	129
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		<u>(32.509)</u>	<u>(18.524)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7	(6.778)	(8.793)
Aquisição de ativo intangível		(391)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(7.169)</u>	<u>(8.793)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos aportados por consorciadas	10	40.982	28.117
Devolução de aportes	10	-	(1.011)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		<u>40.982</u>	<u>27.106</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>1.304</u>	<u>(211)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	4.563	4.774
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5.867	4.563
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>1.304</u>	<u>(211)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Consórcio Tegram-Itaqui (“Consórcio”) tem sua sede localizada na Avenida dos Portugueses, 100, Área Comum - Terminal de Grãos do Maranhão, em São Luís, no Estado do Maranhão.

O Consórcio foi constituído em 4 de maio de 2012 pelos consorciados Terminal Corredor Norte S.A. (“TCN”), Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.(“VIT”), Corredor Logística e Infraestrutura S.A. (“CLI”) e Amaggi & Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A. (“ALZ”), tendo como objetivo executar todas as obras de construção das áreas comuns do Terminal de Grãos do Maranhão - TEGRAM, localizado no Porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, objeto de exploração do arrendamento dos lotes do TEGRAM, conforme Concorrência Pública nº 01/11 – EMAP. Uma vez construído, também tem como objetivo gerir, operar e prover a manutenção dessas áreas de instalação portuária de uso público, conforme previsto em edital de licitação.

O objeto do Consórcio será exercido durante o prazo de duração dos contratos de exploração do arrendamento dos lotes do TEGRAM pelas consorciadas, que é de 25 anos, encerrando-se em 3 de maio de 2037, podendo ser renovado por mais 25 anos, sob novo processo licitatório. Encerrado o prazo do Consórcio, será de responsabilidade das consorciadas promover a liquidação de todas as obrigações e direitos decorrentes de suas atividades.

A operação das áreas comuns pelo Consórcio terá como objetivo: (a) a recepção ferroviária dos produtos remetidos para as consorciadas; (b) a movimentação de produtos desde as moegas de recepção ferroviária até o armazém do consorciado destinatária do produto em questão; (c) o transporte desses produtos a partir do armazém de cada consorciado até o carregador de navios (“shiploader”); e (d) o carregamento de tais produtos nos respectivos navios.

Como o Consórcio não tem personalidade jurídica, os ativos e passivos são também registrados, proporcionalmente a cada participação, nas empresas Consorciadas, sendo essas Consorciadas responsáveis, entre outros: (a) pelo eventual imposto de renda baseado nos resultados de cada Consorciada; e (b) pelos pagamentos dos valores devidos pela exploração do arrendamento dos lotes do Terminal de Grãos do Maranhão (“TEGRAM”). O Consórcio não tem receita oriunda da exploração do arrendamento dos lotes do TEGRAM. O Consórcio foi estruturado para reintegrar a seus consorciados o capital investido, e cabe a esses consorciados os riscos e benefícios da exploração do arrendamento dos lotes do TEGRAM. Os custos e despesas de manutenção incorridas pelo Consórcio são reembolsados integralmente pelos consorciados.

O percentual de participação de cada consorciada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Participação
Terminal Corredor Norte S.A.	25%
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	25%
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	25%
Amaggi & Louis Dreyfus Zen-Noh Terminais Portuários S.A.	25%
Total	100%

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras do Consórcio foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria do Consórcio e autorizadas para emissão em 10 de fevereiro de 2025. Após a sua emissão, somente as consorciadas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado em contrário, nas práticas contábeis a seguir.

2.3 Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Consórcio. Todos os saldos apresentados em Reais (R\$) nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras do Consórcio exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração do Consórcio, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa 8: Imobilizado

Todos os anos o Consórcio Tegram contrata empresa especializada para inventário e reavaliação da vida útil dos seus ativos com o objetivo de readequar sua vida útil remanescentes levando em conta o tempo de concessão vigente.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Consórcio são representados pelas contas a receber, equivalentes de caixa, fornecedores, adiantamentos, outros ativos e outras contas a pagar.

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Consórcio se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, e após o reconhecimento inicial, esses ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

O Consórcio mensura os ativos financeiros ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando aplicável.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Consórcio desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Consórcio transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Consórcio nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Consórcio desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Consórcio também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de contas correntes e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.2 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.3 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas.

Depreciação

É calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Consórcio, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

3.5 Conta corrente de consorciadas

Como o Consórcio não possui personalidade jurídica, os valores aportados e o resultado das operações são controlados na rubrica “Conta corrente de consorciadas”, que compreendem o valor de contribuições efetuadas pelas consorciadas, deduzido das despesas incorridas até a data do

balanço.

3.6 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.7 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Consórcio tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Consórcio Tegram não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

(a) *IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis*

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Consórcio ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da entidade, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A entidade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

(b) *Outras normas contábeis*

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Consórcio Tegram:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	195	216
Aplicações financeiras	<u>5.672</u>	<u>4.347</u>
Total do caixa e equivalentes de caixa	<u>5.867</u>	<u>4.563</u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a compromissos de renda fixa e a investimentos em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que possuem compromisso de recompra firme pelos bancos, atualizados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são remuneradas às taxas de 70% do CDI em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

No Consórcio Tegram os recursos utilizados para investimentos são provenientes dos aportes realizados pelas consorciadas, sendo assim as aplicações visam somente a valorização dos recursos até os cumprimentos dos seus compromissos. Ao comparar 2023 e 2024, observa-se uma mudança na alocação de recursos. Em 2024, houve um aumento nas aplicações financeiras, enquanto os fundos mantidos em bancos foram elevados para assegurar maior capacidade de cumprir as obrigações imediatas. Essa reestruturação reflete uma abordagem mais cautelosa, equilibrando a necessidade de liquidez com a busca por rentabilidade.

5 Contas a receber

	2024	2023
Terminal Corredor Norte S.A.	309	345
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A	211	292
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	265	274
Amaggi e LD Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	<u>152</u>	<u>186</u>
Total	<u>937</u>	<u>1.097</u>

O saldo refere-se aos montantes a receber das consorciadas referentes às despesas comuns que são pagas pelo Consórcio e reembolsadas pelas consorciadas, com prazo máximo de recebimento de 15 dias.

6 Estoques

	2024	2023
Almoxarifado, peças de reposição e manutenção	9.159	7.590
Estoque SNAP	2.687	1.619
Total	11.846	9.209

7 Imobilizado

			2024	2023
	Taxa a.a.	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	6,67% a 10% %	11.852	(2.978)	8.874
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	249.689	(85.036)	164.653
Móveis e utensílios	10%	954	(460)	494
Veículos	6,67% a 20%	266	(191)	75
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4% a 5,55%	210.353	(78.743)	131.610
Ferramentas	6,67% a 10%	636	(425)	211
Equipamentos de informática e telefonia	10% a 20%	5.700	(3.969)	1.731
Construção em andamento (*)		12.064	-	12.064
Total imobilizado		491.514	(171.802)	319.712

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

	2022	Adições	Baixas	Transferência	2023	Adições	Baixas	Transferência	2024
Custo:									
Máquinas e equipamentos	239.072	18	-	7.384	246.474	380	(486)	3.321	249.689
Móveis e utensílios	839	25	(44)	(50)	770	160	-	24	954
Veículos	397	-	-	(128)	269	-	(3)	-	266
Benfeitorias em imóveis de terceiros	223.361	64	-	(13.490)	209.935	-	-	418	210.353
Ferramentas	462	11	-	128	601	32	(14)	17	636
Equipamentos de informática e telefonia	3.797	65	(214)	1.855	5.503	91	(59)	165	5.700
Instalações	4.218	-	-	7.634	11.852	-	-	-	11.852
Construções em andamento (i)	5.307	8.610	-	(3.346)	10.571	6.115	(677)	(3.945)	12.064
Total do custo	477.453	8.793	(258)	(13)	485.975	6.778	(1.239)	-	491.514
Depreciação:									
Máquinas e equipamentos	(50.742)	(17.472)	-	-	(68.214)	(16.974)	152	-	(85.036)
Móveis e utensílios	(414)	(33)	35	-	(412)	(48)	-	-	(460)
Veículos	(210)	(20)	60	-	(170)	(23)	2	-	(191)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(57.438)	(10.519)	-	-	(67.957)	(10.786)	-	-	(78.743)
Ferramentas	(225)	(135)	-	-	(360)	(76)	11	-	(425)
Equipamentos de informática e telefonia	(2.520)	(929)	191	-	(3.258)	(766)	55	-	(3.969)
Instalações	(1.959)	(290)	-	-	(2.249)	(729)	-	-	(2.978)
Total da depreciação	(113.508)	(29.398)	286	-	(142.620)	(29.402)	220	-	(171.802)
Total do imobilizado	363.945	(20.605)	28	(13)	343.355	(22.624)	(1.019)	-	319.712

O Consórcio não identificou alteração na vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

- (i) Os principais projetos em execução visam atender a novas normas de segurança e aprimorar os processos de recebimento/expedição, modernização e eficiência operacional com prazo de conclusão até o final do primeiro semestre de 2025. Entre as iniciativas, destacam-se a aquisição de redutores para as Correias Transportadoras (CT 507 e CT 510), a substituição de sopradores antigos por modelos mais eficientes, a compra de câmeras termográficas para monitoramento preventivo e a troca de *access points* para fortalecer a rede interna. Adicionalmente, estão sendo implementados medidores de gases para espaços confinados e um sistema de monitoramento online para transportadores e *shiploader*, reforçando o compromisso do Consórcio com segurança, sustentabilidade e conformidade com as normas do setor.

8 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores diversos	1.060	2.588
Total	1.060	2.588

Na rubrica de “Fornecedores” foram reconhecidas todas as obrigações com os fornecedores tanto de materiais quanto prestadores de serviços utilizados para manutenção das operações do consórcio.

9 Obrigações trabalhistas

	2024	2023
INSS	133	116
FGTS	43	39
Férias e encargos	577	478
Gratificações	653	572
Outros	84	69
Total	1.490	1.274

10 Conta corrente de consorciados

Os principais saldos de conta corrente dos consorciados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, assim como os aportes realizados e as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações decorrentes de transações entre o Consórcio e suas consorciadas, estão demonstrados a seguir:

Consorciadas	2022			2023			2024	
	2022	Aportes	Gastos Realizados	2023	Aportes	Gastos Realizados	2024	2024
Terminal Corredor Norte S.A.	94.433	7.266	(13.148)	88.551	10.243	(14.896)	83.898	83.898
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	94.433	7.266	(13.148)	88.551	10.243	(14.896)	83.898	83.898
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	96.392	5.308	(13.148)	88.552	10.243	(14.897)	83.898	83.898
Amaggi & LD Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	94.433	7.266	(13.148)	88.551	10.253	(14.897)	83.907	83.907
Total	379.691	27.106	(52.592)	354.205	40.982	(59.586)	335.601	335.601

Os gastos operacionais apurados pelo Consórcio no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 59.586 (R\$ 52.592 em 2023), o qual foi alocado às consorciadas na proporção de suas participações.

As despesas administrativas incorridas pelo Consórcio são cobradas das consorciadas proporcionalmente às suas participações, conforme são efetuadas. A diferença nos aportes realizados pela Amaggi & LD-Noh Terminais Portuários está relacionada a uma despesa antecipada pelo Consórcio Tegram, que deveria ser repassada à consorciada por meio de uma nota de débito.

11 Gerais e Administrativas

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento das despesas por natureza:

	2024	2023
Pessoal	(10.212)	(8.648)
Prestação de serviços	(12.430)	(9.792)
Depreciações e amortizações	(29.499)	(29.398)
Manutenções	(3.732)	(3.014)
Locação de máquinas e equipamentos	(1.309)	(947)
Seguros	(1.098)	(873)
Anuidade linha férrea	(414)	(428)
Baixa de imobilizado	(339)	(28)
Outras	(1.442)	(1.232)
Total das despesas	(60.475)	(54.360)

12 Instrumentos financeiros

No curso normal de suas operações, o Consórcio está exposto a riscos de mercado que estão relacionados basicamente ao risco de liquidez. A Administração entende que o gerenciamento de riscos é fundamental e determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e riscos inerentes.

Risco de crédito

Refere-se principalmente a caixa e equivalentes de caixa e aportes do Consórcio. Todas as operações do Consórcio são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. Os recursos a receber são substancialmente contra seus Consorciados, o que também minimiza o risco de crédito, representados principalmente pelas suas contas a receber. A Administração não avalia enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade do Consórcio vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os instrumentos financeiros sujeitos a oscilação da taxa de juros compreendiam as aplicações financeiras. O Consórcio não contrata instrumentos de proteção para gerenciar o risco com taxa de juros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de o Consórcio não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em virtude das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa é monitorado pela Administração do Consórcio, a fim de garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando

necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que se aproximam dos seus valores justos nas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fornecedores”, “Adiantamentos”, “Outros ativos” e “Outras contas a pagar”.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

O Consórcio não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

13 Provisão para demandas judiciais

O Consórcio está envolvida em ações judiciais de natureza civil e trabalhistas e, com base no parecer de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou processos cuja expectativa de perdas fossem consideradas como possíveis R\$ 783 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 746 em 31 de dezembro de 2023), não identificou processos com expectativas de perdas prováveis, motivo pelo qual, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foi constituída nenhuma provisão.

14 Seguros

O Consórcio possui as seguintes apólices de seguros:

Risco	Segurada	Vencimento
Seguro Auto/Re Veiculos	7.461	24/03/2025
Riscos Nomeados	1.060.112	16/03/2025
D & O	18.191	13/05/2025
Garantia Financeira	11.486	14/01/2025

Marcos Pepe Bertoni
Diretor

Leno Tavares dos Santos
Gerente Administrativo/Financeiro

Rafael Pereira Polary
Contador
CRC MA-012891/O